

CARTA AOS CANDIDATOS

Agosto 2018

INTERFARMA
Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

Exmo(a). Senhor/Senhora,

Desde 1990, a INTERFARMA (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa) reúne empresas que pesquisam, desenvolvem, produzem e comercializam medicamentos no Brasil. Suas 51 associadas, a maioria empresas globais, têm uma longa história de compromisso com a sociedade brasileira e com o País, com rigorosa defesa da ética e da inovação em saúde.

Atuamos em todos os segmentos do setor industrial farmacêutico: 79% dos medicamentos inovadores comercializados no País, assim como 42% dos isentos de prescrição e 32% dos genéricos. No Brasil, representamos 52% do mercado farmacêutico total, com participação de 66% nas compras públicas e expressiva contribuição no Programa Farmácia Popular, que atende a milhões de brasileiros.

Os associados da INTERFARMA respondem pela maioria absoluta das exportações brasileiras em medicamentos e insumos farmacêuticos (em torno de US\$1 bilhão ao ano). E orgulhamo-nos em oferecer aos brasileiros empregos que demandam grande qualificação. Além disso, a nossa atuação junto aos mercados público, privado e institucional (em especial a rede hospitalar) segue rigorosos padrões éticos subordinados a um eficiente Código de Conduta.

Os nossos compromissos com o Brasil são, portanto, muito mais que econômicos. Devemos e queremos fazer parte de soluções para a urgente necessidade do País em ampliar o acesso da população, especialmente a mais carente, a medicamentos.

Queremos também contribuir para que os governos utilizem de forma racional e eficiente seus recursos, sempre escassos, na aquisição de nossos produtos; e apoiar o País em políticas que estimulem a inovação e desenvolvam a capacidade nacional para pesquisa e produção de medicamentos, em um ambiente de segurança jurídica, parceria com o setor nacional e rigoroso cumprimento da legislação e da ética.

Com estes objetivos comuns, tomamos a liberdade de sugerir alguns pontos para a vossa reflexão e colocando-nos integralmente à disposição para o detalhamento e aprofundamento desses e de quaisquer outros temas referentes ao setor farmacêutico.

1. Gestões com continuidade e amparo técnico

É preciso observar e discutir a forma como os recentes governos têm se organizado para enfrentar os desafios do setor. O Ministério da Saúde, a ANVISA e a ANS têm alterado responsáveis, executores e políticas frequentemente. As permanentes ingerências partidárias criam forte insegurança no setor e retiram das decisões, na maioria das vezes, conteúdo e critérios técnicos.

Obviamente, não se desconhece a necessidade de composições partidárias, mas cabe apelar para a compreensão de sua natureza técnica e científica, a necessária continuidade de projetos, a inconveniência de ações preocupadas apenas com o curto prazo e ganhos imediatistas, o que leva a problemas como a recente e preocupante queda nos níveis de vacinação na população e o retorno de doenças há muito erradicadas.

Sem a retomada de uma gestão que se credencie ao respeito e à interlocução com os agentes públicos e privados, todos os desafios presentes tornam-se ainda mais graves.

2. O desperdício do potencial inovador do Brasil

Nosso País já dispõe de considerável capacidade científica para pesquisar e desenvolver soluções para saúde, entre elas medicamentos, instalada em alguns institutos públicos e em diversas entidades privadas. No entanto, o conhecimento aqui acumulado não se transforma em significativos avanços no campo da inovação.

Em decorrência disso, o Brasil não ocupa lugar representativo nas pesquisas hoje em curso no mundo, assim como no número de medicamentos patenteados. De todos os princípios ativos e insumos necessários à produção pelos laboratórios instalados em nosso território, 89% são importados. E, por consequência, para uma exportação de apenas US\$1,1 bilhão, o setor importa US\$ 6,3 bilhões.

Entre outras, contribuem para esta situação as seguintes causas:

- ▶ Não existe política pública para inovação em saúde que aproxime universidades, empresas e institutos públicos; defina objetivos e prioridades; mantenha projetos por longo prazo; evite as reiteradas mudanças e o excesso de órgãos envolvidos em sua elaboração;
- ▶ A produção de pesquisa clínica, passo inicial para o desenvolvimento de qualquer medicamento, é penalizada no Brasil pelo excesso de instâncias envolvidas. Isso acontece na contramão do

mundo, o que gera prazos incompatíveis com os de outros países e, em consequência, perda de competitividade do Brasil;

- ▶ As Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs) em saúde oferecem apenas casos isolados de sucesso por serem vítimas de constantes alterações nas regras, insegurança dos investidores e falta de objetivos claros;
- ▶ O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) sofre de uma constrangedora falta de meios para examinar pedidos de patente e, apesar dos esforços, demora mais de DOZE ANOS, em média, até uma decisão.

3. Novas soluções para ampliar o acesso da população a medicamentos básicos

Os medicamentos básicos, geralmente mais antigos e de menor aporte tecnológico, são objetos de forte competição, com diversos fornecedores para cada produto. Seus preços são desnecessariamente regulados pelo Governo, reajustados abaixo da inflação.

No entanto, todo esse esforço do Governo e da iniciativa privada esbarra na elevada carga tributária, basicamente estadual. Os medicamentos no Brasil pagam mais impostos que qualquer outro país no mundo. Mesmo em termos relativos, comparando a taxação dos remédios com a de outros setores, somos penalizados. Com uma carga média de 34%, paga-se mais impostos por remédios do que, por exemplo, computadores, produtos de cama/ mesa/banho e passagens aéreas.

O Programa Farmácia Popular, de grande sucesso na ampliação do acesso e redução de internações hospitalares em diabetes, hipertensão e asma, dá a dimensão do problema tributário. Dos R\$3 bilhões que o Governo gasta por ano com a distribuição gratuita a 21 milhões de pacientes, R\$800 milhões (mais de 25%) são pagos aos governos estaduais em ICMS.

Uma competente articulação federativa poderia, certamente, ampliar o programa, reduzir as despesas de estados e municípios a um custo muito baixo.

4. A crise no acesso a medicamentos mais complexos

No outro segmento do mercado, o de medicamentos inovadores, de alta complexidade para doenças raras ou severas, como o câncer, vive-se outro conjunto de dificuldades e oportunidades. Seus preços também são regulados pelo Governo, levando em conta o menor preço internacional para cada um.

O Governo é praticamente o único comprador desse tipo de produto, dado o seu valor, e mesmo com o orçamento ampliado, não consegue oferecer acesso ao número crescente de idosos e de pacientes que sofrem duplamente: com a doença e a impossibilidade de serem medicados. A resposta do Governo à dificuldade financeira tem sido conter a incorporação ao sistema público de saúde de parte importante dos novos medicamentos.

A reação da sociedade, com amparo na Constituição Federal e no entendimento dos tribunais, tem sido buscar o acesso por meio de ações judiciais. Estas, por sua vez, desorganizam ainda mais o sistema.

É preciso romper o círculo vicioso por meio de:

- ▶ novos e estáveis critérios para as parcerias que visam produzir parte dos medicamentos, especialmente biológicos, no Brasil;
- ▶ abertura de um diálogo efetivo e racional para que o Governo e a indústria, em conjunto, negociem formas, valores e prazos para a incorporação de novas tecnologias e a consequente redução da judicialização da saúde. Além disso, é importante definir políticas estáveis para os produtos de alta complexidade e vacinas.

Ao longo dos anos, o Brasil, apesar de todas as dificuldades conhecidas, avançou em Saúde Pública, em grande parte por conta do SUS. Hoje, no entanto, existem novos desafios, como a revolução tecnológica e o envelhecimento da população. Em todo o mundo, isso nos obriga a buscar, pelo diálogo e pela parceria, formas novas ou complementares para o enfrentamento dos graves desafios no acesso à saúde e, em particular, a medicamentos.

Estamos convencidos de que há um enorme espaço para avanços que, em primeira medida, beneficiem a população e permitam aos Governos, mesmo dentro de seus limites orçamentários, implantar políticas públicas mais racionais e eficientes.

A INTERFARMA, portanto, tem a esperança que, no diálogo com o Senhor/Senhora e sua equipe, possamos estudar, debater e contribuir para aqueles avanços. E, para isso, coloca-se integralmente à disposição.

Respeitosamente,

INTERFARMA

Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

INTERFARMA

Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

Rua Verbo Divino, 1488 · 7º andar · Conj. 7º
Chácara Santo Antônio · São Paulo · SP · CEP 04719 904 · Telefone (11) 5180 3499

www.interfarma.org.br